

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 4.370, DE 2019.

Estabelece o cumprimento do Princípio da Reserva Legal no Direito Penal

Autor: Dr. Jaziel - PL/CE.

Relator: Dep. Caroline de Toni - PSL/SC.

I - RELATÓRIO

Com a proposição em epígrafe, pretende o autor que haja o cumprimento do Princípio da Reserva Legal no Direito Penal.

Afirma o autor que não haverá pena privativa da liberdade sem prévia definição legal. Além disso, destaca que a dosimetria da pena também não poderá exceder o limite previsto em lei.

Assevera o autor que somente será considerada criminosa ou infracional a conduta expressamente tipificada na Legislação Penal, não sendo admitida a criação ou ampliação de tipos penais por via judicial, seja em decisões abstratas ou concretas, mesmo sob a pretensão de preencher omissões legislativas.

Aponta-se, ainda, que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deverá instaurar processo administrativo disciplinar contra juiz que profira sentença condenatória, violando o Princípio da Reserva Legal e o Princípio da Anterioridade da Lei Penal. Considera-se violação dos Princípios da Reserva Legal e da Anterioridade da Lei Penal a redefinição arbitrária de termos com o fim de ocultar a prática de analogia punitiva.

A justificativa do autor baseia-se em recente decisão do STF que criminalizou judicialmente a homofobia. O autor destaca que o Princípio da Reserva Legal no Direito Penal (“Não há crime sem Lei anterior que o defina, nem Pena sem prévia cominação legal”), que impede a analogia punitiva, é uma



conquista da civilização, um resultado do processo de humanização do Direito.

A esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania compete analisar as propostas sob os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, sendo a apreciação conclusiva (art. 24, II do Regimento Interno).

No prazo, não foram oferecidas emendas. É o

Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A matéria tratada é de competência da União Federal (art. 22, I), de iniciativa desta Casa (art. 61), não atentando contra quaisquer dos incisos do § 4º do art. 60, todos da Constituição Federal, o projeto é constitucional, nestes aspectos.

Não há injuridicidade.

No mérito, o autor da proposta tem a finalidade de reforçar o princípio da Reserva Legal no Direito Penal. Uma das características de vital importância do direito penal brasileiro é o chamado "princípio da reserva legal", diga-se de passagem, previsto constitucionalmente. Significa dizer que: *"Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal"* (Cf. art. 5º, inc. XXXIX, Constituição Federal e art. 1º – Código Penal Brasileiro (Dec.Lei 2.848/40)).

O princípio da legalidade (ou de reserva legal) tem significado político, no sentido de ser uma garantia constitucional dos direitos do homem. Constitui a garantia fundamental da liberdade civil, que não consiste em fazer tudo o que se quer, mas somente aquilo que a lei permite. À lei e somente a ela compete fixar as limitações que destacam a atividade criminosa da atividade legítima. Esta é a condição de segurança e liberdade individual.

Assim, não há crime sem que, antes de sua prática, haja uma lei descrevendo-o como fato punível. É lícita, pois, qualquer conduta que não se encontre definida em lei penal incriminadora. Com o advento da teoria da



tipicidade, o princípio da reserva legal ganhou muito de técnica. Típico é o fato que se amolda à conduta criminosa descrita pelo legislador. É necessário que o tipo (conjunto de elementos descritivos do crime contido na lei penal) tenha sido definido antes da prática delituosa. Daí falar-se em anterioridade da lei penal incriminadora. Assim, o art. 1º., do Código Penal, contém dois princípios: 1) Princípio da legalidade (ou de reserva legal) – não há crime sem lei que o defina; não há pena sem cominação legal. 2) Princípio da anterioridade – não há crime sem lei anterior que o defina; não há pena sem prévia imposição legal. Para que haja crime é preciso que o fato que o constitui seja cometido após a entrada em vigor da lei incriminadora que o define.

Como bem colocado pelo autor do projeto, não cabe ao Poder Judiciário criar novos tipos penais, como a homofobia, ao arrepio da legislação em vigor.

Nesse sentido, sem sombra de dúvidas, a proposta é oportuna e conveniente, inovando positivamente no ordenamento jurídico nacional, ao reforçar um dos princípios constitucionais mais importantes e basilares do Direito Penal, o Princípio da Reserva Legal.

Nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação dos Projetos de Lei nº 4.370, de 2019.

Sala da Comissão, em de de 2019.

CAROLINE DE TONI

Deputada Federal (PSL/SC)

Relatora



